

## Força-tarefa de formulários Biden para explorar maneiras de ajudar no trabalho

O grupo emitirá recomendações sobre como o governo pode usar a autoridade existente para ajudar os trabalhadores a ingressar em sindicatos e negociar coletivamente.



De Noam Scheiber

26 de abril de 2021

O presidente Biden assinou uma ordem executiva na segunda-feira criando uma força-tarefa da Casa Branca para promover a organização trabalhista, uma tentativa de usar o poder do governo federal para reverter o declínio de décadas na filiação sindical.

A força-tarefa, a ser liderada pela vice-presidente Kamala Harris e composta por funcionários do gabinete e principais conselheiros da Casa Branca, emitirá recomendações sobre como o governo pode usar a autoridade existente para ajudar os trabalhadores a ingressar em sindicatos e negociar coletivamente. Também recomendará novas políticas destinadas a atingir esses objetivos.

O governo observou que a Lei Nacional de Relações Trabalhistas, a lei de 1935 que rege os direitos trabalhistas federais, buscava explicitamente encorajar a negociação coletiva, mas que a lei nunca havia sido cumprida integralmente a esse respeito. “Nenhum governo anterior adotou uma abordagem abrangente para determinar como o ramo executivo pode promover a organização dos trabalhadores e a negociação coletiva”, declarou um comunicado da Casa Branca.

Os sindicatos têm feito lobby pela aprovação da Lei de Proteção ao Direito de Organização, ou Lei PRO, que proibiria os empregadores de realizar reuniões anti-sindicais obrigatórias e impor penalidades financeiras por violar os direitos trabalhistas dos trabalhadores. (Os trabalhadores atualmente podem receber apenas os chamados remédios completos, como pagamento atrasado.) A Câmara aprovou a medida em março e Biden apóia a legislação, mas ela enfrenta muitas dificuldades no Senado.

A força-tarefa se concentrará, entre outras coisas, em ajudar o governo federal a incentivar seus próprios trabalhadores a se associarem a sindicatos e negociar coletivamente, e em encontrar maneiras de tornar mais fácil para os trabalhadores, especialmente mulheres e pessoas de cor, se organizar e negociar em partes do país e nas indústrias hostis aos sindicatos.

O presidente Donald J. Trump assinou um punhado de ordens executivas que procuravam conter as proteções sindicais e os direitos de negociação dos funcionários federais. Os sindicatos contestaram as ordens no tribunal e Biden as revogou logo após assumir o cargo.

Não está totalmente claro que tipo de apoio o governo federal poderia fornecer aos trabalhadores que buscam se organizar sem alterar a lei, embora alguns especialistas trabalhistas tenham argumentado que Biden e seus nomeados poderiam usar ação administrativa para permitir que os trabalhadores negociassem em um setor industrial base, conhecida como negociação setorial. Isso tornaria menos necessário vencer as eleições sindicais local a local de trabalho, como costuma acontecer hoje.

Seth Harris, um consultor trabalhista da Casa Branca, disse que a força-tarefa exploraria a capacidade do governo de aumentar a sindicalização por meio da lei federal de compras, que exige que o presidente promova a eficiência nos contratos governamentais.

“O simples fato da questão é ter uma força de trabalho sindicalizada significa que eles receberão mais, são mais propensos a serem mais produtivos, mais propensos a permanecer por muito tempo”, disse Harris. “Você terá trabalhadores mais qualificados e experientes trabalhando em compras governamentais. Você não tem o mesmo conflito de trabalho.”

Como regra geral, o governo federal provavelmente não pode negar contratos a empresas simplesmente porque são hostis aos sindicatos, disse Anastasia Christman, especialista em contratações governamentais do National Employment Law Project, um grupo de defesa dos trabalhadores. Mas, em certos casos restritos, o governo pode ser capaz de usar sua influência como empregador para encorajar as empresas a assumir uma postura neutra em relação à organização.

## Hoje nos Negócios

### Atualizações ao vivo: >

Atualizada 1 hora atrás

- A cidade de Londres planeja converter escritórios vazios em residências.
- Outra empresa de tecnologia proíbe os funcionários de falar sobre política no trabalho.
- Um caso da Suprema Corte sobre divulgações de doadores criou alianças inesperadas.

Por exemplo, se uma agência federal estivesse comprando luvas médicas de uma empresa agressivamente anti-sindical, poderia dizer à empresa que “suas veementes práticas anti-trabalhistas demonstraram um risco maior de interrupção do trabalho”, disse Christman. Ela acrescentou que a agência pode concluir: “Não podemos ter US \$ 15 milhões em luvas roxas presas em um depósito em algum lugar. Precisamos encontrar um caminho mais confiável para conseguir essas coisas.”

Mesmo antes do anúncio da força-tarefa, muitos líderes sindicais consideravam Biden como o presidente mais pró-sindical em gerações. Eles citaram sua rápida expulsão de nomeados de Trump que consideravam anti-trabalhistas, as dezenas de bilhões de dólares para apoiar planos de pensão sindicais promulgados em seu projeto de lei de alívio à pandemia e uma mensagem de vídeo durante uma recente campanha sindical em um armazém da Amazon no Alabama alertando os empregadores não coagir ou ameaçar os trabalhadores que estão decidindo se sindicalizam.

Muitos defensores dos sindicatos o compararam favoravelmente com seu predecessor democrata, Barack Obama, que eles reclamaram de não apoiar os sindicatos vocalmente.

A força-tarefa chega em um momento particularmente frustrante para o trabalho organizado. Aproximadamente dois terços dos americanos aprovam os sindicatos, de acordo com uma pesquisa Gallup de 2020, mas pouco mais de 6% dos trabalhadores do setor privado pertencem a eles.

Muitos dirigentes sindicais citaram a derrota na eleição da Amazon, cujos resultados foram anunciados neste mês, como uma ilustração da necessidade de reformar a legislação trabalhista e desenvolver novas estratégias de organização.

A força-tarefa de Biden solicitará as opiniões de líderes sindicais, acadêmicos e defensores do trabalho e deve entregar suas recomendações em 180 dias.

O secretário do Trabalho, Martin J. Walsh, atuará como vice-presidente do grupo, que incluirá a secretária do Tesouro Janet L. Yellen, o secretário de Defesa Lloyd Austin, os assessores econômicos da Casa Branca Cecilia Rouse e Brian Deese, e a assessora climática da Casa Branca, Gina McCarthy.

Noam Scheiber é um repórter baseado em Chicago que cobre os trabalhadores e o local de trabalho. Ele passou quase 15 anos na revista The New Republic, onde cobriu política econômica e três campanhas presidenciais. Ele é o autor de “The Escape Artists”. @Noamscheiber

Uma versão deste artigo foi publicada em , Seção B , página 4 da edição de Nova York com o título: Biden forma uma força-tarefa para explorar maneiras de ajudar no trabalho